

A ontologia dos valores morais na filosofia sistemático-estrutural de Lorenz B. Puntel*

The ontology of moral values in the systematic-structural philosophy of Lorenz B. Puntel

José Carlos Sant'Anna**

Resumo

O objetivo deste artigo é realizar uma breve apresentação de três importantes teses da obra *Estrutura e ser*, de Lorenz B. Puntel: as noções de quadro referencial teórico, de semântica contextual e da teoria da verdade semântico-ontológica. Sendo que, a partir dessas teses, será exposta a concepção do agir moral e da ontologia dos valores morais dentro da perspectiva da filosofia sistemático-estrutural.

Palavras-chave: filosofia sistemático-estrutural; Lorenz B. Puntel; quadro referencial teórico; semântica contextual.

* Artigo recebido em 15/03/2018 e aprovado para publicação em 28/06/2018.

** Mestrando em Filosofia da Religião pela FAJE. Licenciado em Filosofia (2015) pela mesma instituição. E-mail: santanna.carlos@hotmail.com.

Abstract

The purpose of this article is to present a brief presentation of three important theses of Lorenz B. Puntel's work *Structure and Being*: the notions of theoretical framework, contextual semantics and semantic-ontological theory of truth. From these theses will be exposed the conception of moral action and the ontology of moral values within the perspective of systematic-structural philosophy.

Keywords: systematic-structural philosophy; Lorenz B. Puntel; theoretical framework; contextual semantics.

1. A filosofia sistemático-estrutural

É apresentado na obra *Estrutura e Ser*¹, em linhas gerais, um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática. A razão dessa proposta ser sistemática é a convicção de que a intuição originária da filosofia, inicialmente empreendida há mais de dois mil anos, possuía um caráter de universalidade. Porém, esse fato não corresponde com grande parte do empreendimento filosófico realizado hoje, especialmente a assim chamada filosofia analítica, cujo caráter é *fragmentário*. Assim, a proposta da obra mencionada é realizar uma filosofia sistemática, isto é, um conjunto de proposições que relacione e organize de forma coerente e bem fundamentada todas as principais áreas da filosofia.

Evita-se o termo *sistema* para designar o tipo de filosofia que é desenvolvida nessa obra por causa da possível associação indevida com os grandes sistemas filosóficos realizados no Idealismo alemão, que possuíam uma pretensão megalomaniaca, por assim dizer. Por isso, ao invés de *sistema* filosófico, dá-se preferência para o termo filosofia *sistemática*². Como será apresentado a seguir, os conceitos de *quadro teórico* e de *verdade ontológico-semântica*, bem como o método de fundamentação *coerentista* do quadro teórico, justificam o porquê da filosofia sistemática desenvolvida na obra *Estrutura e Ser* não ter uma ambição de verdade absoluta ou de ser uma espécie de teoria final sobre todo e cada aspecto da filosofia³. E o qualificativo *estrutural* no termo filosofia sistemático-estrutural refere-se a um aspecto essencial dessa filosofia: a noção de

1 PUNTEL, Lorenz. *Estrutura e Ser*: um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática. São Leopoldo: Unisinos, 2008. A partir de agora ES.

2 ES, p. 44-46.

3 ES, p. 51-52.

estrutura, como será explicitado mais à frente. Portanto, é realizada nessa obra uma sistematicidade através da noção fundamental de estrutura.

Porém, antes de qualquer determinação sobre os conceitos citados, a filosofia deve ser fundamentalmente compreendida como teoria⁴. Mas o que isso significa? Diferentemente de muitas correntes ou posições filosóficas, somente sentenças teóricas são aceitas pela filosofia sistemática desenvolvida na referida obra, ou seja, somente sentenças *declarativas*. Quando se perde o estatuto teórico da filosofia, substituindo-o pela atitude prática ou estética, incorre-se em muitas concepções que são acometidas por falta de esclarecimento, como filosofia como modo de vida, terapia, bem viver, análise clínica, etc⁵. O resultado imediato da inversão da teoriedade para o âmbito prático ou estético é a perda do caráter irrestrito e universal da filosofia. Portanto, para a filosofia sistemático-estrutural é necessário supor três tipos fundamentais e originários de atitudes (atividades, modos de exposição) do espírito humano: teórica, prática e estética. E impõe-se como imprescindível a assunção da dimensão teórica pela filosofia, não confundindo-a com a dimensão prática ou estética⁶.

Considerando o estatuto teórico da filosofia, importa agora explicitar primeiramente o título da obra. Para isso, Puntel fornece uma quase-definição⁷ da filosofia sistemático-estrutural: *A filosofia sistemático-estrutural é a teoria das estruturas universais (mais gerais) do ilimitado universo do discurso*⁸.

Os dois termos mais importantes dessa quase-definição são *estruturas* e *ilimitado universo do discurso*. O primeiro conceito é utilizado de diversas formas e em quase todas as áreas do saber, o que o torna extremamente ambíguo. Faz-se necessário uma determinação mais precisa para utilizá-lo de forma coerente no interior da filosofia sistemático-estrutural. É adotado pela obra *Estrutura e Ser* o conceito de estrutura do campo da matemática, sobre o qual o filósofo pode se apoiar. Porém, de modo introdutório, estrutura deve ser compreendida como a negação

4 Pode-se citar o slogan *filosofia é teoria*, ES, p. 10, 34, 97 e 120-21. *Uma quase-definição marcadamente objetiva e teórica de filosofia*. In: O que é filosofia? São Leopoldo: Unisinos, 2003, páginas 86-87 (QdF).

5 A filosofia, principalmente pelo fascínio da figura e personalidade de Sócrates, recebeu um caráter pedagógico ou a conotação de um grande projeto educativo, o que retira, de certo modo, o caráter teórico do empreendimento filosófico. Para uma melhor explicação acerca do problema em relacionar a filosofia com empreendimentos não-teóricos, cf. QdF, p. 87-88.

6 "Deve-se supor e diferenciar entre três tipos de atividades, atitudes ou modos de exposição fundamentais, igualmente originários, não redutíveis uns aos outros nem a qualquer outra coisa: teoriedade, praticidade e esteticidade. A primeiríssima condição a ser preenchida para que se logre esboçar e empreender um programa filosófico significativo é que a filosofia seja concebida rigorosamente como empresa teórica e não seja confundida com empresas oriundas de algum dos dois outros tipos de atividades, atitudes ou modos expositivos. [...] A filosofia como atividade teórica visa exclusivamente a teorias verdadeiras; seu alvo não é nem a instauração do bem-viver nem a criação de obras de arte ou coisa semelhante" ES, p. 33-34.

7 O termo "quase-definição" é utilizado porque ainda não é possível fornecer uma definição estritamente rigorosa em um só momento, falta o esclarecimento de muitos pressupostos que só serão possíveis no interior de um quadro referencial teórico que ainda será constituído. Antes, essa quase-definição é programática: "Dessa situação decorre necessariamente que a (auto-) exposição da teoria filosófica compreensiva não pode se dar de uma só vez, *in toto* por assim dizer; ela se dá, antes, como um processo que vai se concretizando ou determinando gradativamente" (ES, p. 85).

8 ES, p. 33.

daquilo que está isolado e sem inter-relação⁹. O conceito matemático de estrutura serve apenas como uma primeira caracterização, que ainda possui uma forma puramente abstrata. Em um segundo momento, as estruturas puramente abstratas estruturam o ilimitado universo discurso, ou, em outras palavras, o ser apresenta-se estruturado pelas estruturas formais, semânticas e ontológicas de um determinado quadro teórico, como se verá mais à frente.

A expressão “universo do discurso” remonta ao lógico Augustus de Morgan (1847), e lógicos e matemáticos o utilizam para fazer referência a algum âmbito específico da realidade, como o conjunto dos números racionais, à classe dos mamíferos, etc. A diferença aqui será justamente na qualificação “ilimitado”, que significa que não é colocado nenhum limite sobre aquilo que pode ser discursado filosoficamente. Assim, o ilimitado universo do discurso é o grande dado da filosofia, ou seja, tudo aquilo que pode ser objeto de reflexão filosófica. Ainda mais especificamente como a totalidade do que está dado (desde que dado aqui não seja entendido como um *dado sensível*, mas um candidato à verdade). Para fazer referência à grande tradição filosófica, o ilimitado universo do discurso está relacionado com o ser, realidade, mundo, etc¹⁰.

Portanto, a grande questão a ser explicitada pela arquitetônica da filosofia sistemático- estrutural é como estão interconectadas a dimensão das estruturas com a dimensão do ilimitado universo do discurso, ou do “grande dado”. A explicitação desse nexos constitui a tarefa central desse empreendimento filosófico, revelado justamente no título da obra, *Estrutura e Ser*. Essa interconexão revelará que as estruturas pertencem ao próprio dado, não havendo nenhuma dicotomia entre essas duas dimensões, o que anula qualquer concepção idealista ou mentalista da “aplicação” das estruturas aos dados. Assim, as estruturas não se constituem em algo que é trazido de fora e impostas ao mundo, mas o próprio mundo (realidade, ser, universo do discurso) já se encontra estruturado¹¹. Em suma: uma teoria determina as estruturas do “dado” a ser explicitado.

9 “Em termos intuitivos, a ‘estrutura’ pode ser caracterizada como inter-relação diferenciada e ordenada ou como relação e interação de elementos de uma entidade, de uma área ou de um processo etc. Assim sendo, estruturalidade implica a negação do simples e do que está sem inter-relação. Nesse sentido intuitivo, a ‘estrutura’ deve ser vista como noção original, como conceito original ou até como ‘fator original’ em todo empreendimento teórico”, ES, p. 34. Para uma explicação rigorosa da formalização desse conceito, cf. ES, p. 35.

10 Para um esclarecimento mais preciso nessas diferenças terminológicas, cf. ES. 37-42.

11 É importante mencionar que ao elaborar as estruturas do ser (mundo, realidade), o teórico não está lidando com um mundo já pronto. Caso isso fosse verdadeiro, todo o empreendimento filosófico e científico perderia seu sentido, já que se chegou a um “estado” conceitual finalizado, por assim dizer. Sobre isso, a seguinte citação é muito elucidativa: “A noção decisiva que norteia a filosofia sistemática que aqui se tem em vista tem o seguinte teor: a ‘verdade’ sobre o universo, ou o ‘universo propriamente dito’, ou então a ‘verdadeira forma (teórica)’ do universo, ou seja, aquilo que constitui o objeto do labor teórico da filosofia e das ciências não resulta da simples ‘descrição’, ou do ato de retratar ou refletir um mundo já pronto, fixamente estruturado e pressuposto como tal, nem resulta da ‘realização’ - como quer que seja concebida - de alguma subjetividade ou de alguma instância particular (como a comunidade dos falantes etc.). Antes, o que provisoriamente pode ser chamado de ‘verdadeira forma’ do universo e suas partes, é o ‘resultado’ da ‘junção’ do universo do discurso ilimitado, entendido como o conjunto dos dados ou ‘a coisa mesma’ do empreendimento teórico filosófico, com ‘a dimensão estrutural’, entendida como aquilo que caracteriza as três dimensões da formalidade, da semanticidade e da ontologia”, ES, p. 50.

2. O quadro referencial teórico

Em continuidade com a quase-definição de filosofia sistemático-estrutural, o conceito de quadro teórico é a “instância” que melhor especifica como pode ser realizado de modo rigoroso essa filosofia sistemática. Ao quadro teórico podem ser associados dois aspectos de uma mesma “grandeza”¹²: o quadro teórico abstrato e seu conteúdo¹³. O aspecto abstrato pode ser considerado independente daquilo que “emoldura”, isto é, a “construção” do quadro referencial pode ser feita em suas estruturas mais fundamentais sem expor necessariamente o conteúdo. Disso não resulta que há uma cisão entre quadro referencial e conteúdo, antes, é demonstrado no desenvolvimento da obra que as duas dimensões estão inter-relacionadas e que as estruturas abstratas são estruturas do próprio conteúdo (ou do ser). Essa “divisão” é realizada por critério didático, já que o ilimitado universo do discurso não se encontra dividido em dimensão formal e dimensão conteudística. Também não significa que o filósofo/teórico possui as estruturas “em sua cabeça” e depois as aplica na realidade; essa compreensão destoa totalmente da intuição fundamental do *Estrutura e Ser*.

A noção fundamental do quadro teórico é que todo o âmbito da teoricidade se localiza no interior de um quadro teórico específico, isto é, toda e qualquer argumentação (sentença, teoria, enunciado) só é possível ou factível se estiver inserida em um quadro teórico, caso contrário, qualquer enunciado permaneceria indeterminado, vago e sem sentido. Isso, de antemão, significa que a análise filosófica que é feita de uma determinada argumentação, por mais simples que seja, não a pode considerar como que se estivesse no “nível zero”, antes qualquer argumentação está “construída” sobre uma configuração de estruturas de um quadro teórico. Para que qualquer sentença declarativa seja minimamente compreensível para o ouvinte/falante (por exemplo, “este quadro é branco”, “chove”, etc.), deve-se pressupor vários elementos e fatores que, por sua vez, constituem o quadro teórico. Os elementos, ou mais especificamente, as estruturas, mais gerais que constituem o quadro teórico são três: estruturas formais (lógica e matemática), semânticas e ontológicas.

Assim, o significado básico do conceito de quadro teórico, mais claramente, é que ao pronunciar uma sentença, ainda que não haja percepção ou “consciência” disso, faz-se várias pressuposições para que esse enunciado tenha sentido e seja minimamente inteligível para quem o

12 ES, p. 29.

13 O livro *Estrutura e Ser* está “dividido” a partir dessa diferenciação: os três primeiros capítulos são destinados à abordagem das estruturas abstratas, os três últimos tematizam a parte do conteúdo do quadro teórico, ou da “aplicação” das estruturas abstratas ao conteúdo. Um exemplo que ajuda a ilustrar essa diferenciação é uma pintura emoldurada por um quadro, sendo que a moldura representa o aspecto abstrato e a pintura o aspecto do conteúdo (ES, p. 29).

ouve. As pressuposições básicas que todo falante/ouvinte faz é de uma linguagem, uma lógica, uma semântica e uma ontologia. Com isso, quer-se dizer que quando é dito algo, é necessário que se esteja usando as palavras e a sintaxe de uma linguagem específica; uma lógica específica que ordena a compreensibilidade das palavras e das construções sintáticas; essas palavras devem necessariamente possuir significados, ou seja, elas devem possuir um valor semântico; e esse valor semântico deve ter como contraparte a referência à realidade, ao mundo, à ontologia. Caso todas essas pressuposições essenciais não ocorram, o discurso não seria inteligível, seriam, antes, sons desconexos e confusos. Portanto, quando falamos de quadro teórico, estamos nos referindo a essa antecedente “elaboração” feita por todos os falantes/ouvintes.

É importante mencionar que não há apenas um quadro teórico, mas vários. E, especialmente, a própria tradição filosófica possui vários quadros distintos de compreensão do mundo. Isso aponta para o fato de que a realidade possui vários quadros de inteligibilidade, ou seja, o ilimitado universo do discurso, ou o ser, se manifesta de vários modos e em vários níveis de adequação teórica. Com isso, os quadros não são idênticos entre si, cada um possui uma determinada configuração de estruturas, o que possibilita dizer que o próprio mundo se apresenta ou se expõe de determinado modo para o teórico¹⁴.

3. A peculiaridade da estrutura semântica para a filosofia sistemático-estrutural

No entanto, há uma peculiaridade de extrema importância nas estruturas semânticas que se constitui em uma das principais teses do livro *Estrutura e Ser*: a filosofia sistemático-estrutural rejeita toda semântica baseada no princípio de composição (sujeito e predicado), isto é, toda semântica substancialista. Isso significa mais claramente que a categoria de substância de Aristóteles que perpassou toda a história da filosofia (chegando até a noção de *objeto*, bastante utilizada pela filosofia analítica) deve ser rejeita por falta de inteligibilidade e clareza. Logo, a filosofia sistemática aqui em vista não aceita proposições que contenham sujeito e predicado. Isso porque todas as noções de substância, tanto as tradicionais quanto as revisadas, sofrem de um problema fundamental que reside na concepção semântico-ontológica pressuposta pelas linguagens naturais, o que, por sua vez, corresponde ao tronco linguístico indo-europeu. Pode-se visualizar isso facilmente apontando para a estrutura diática presente na dimensão sintático-semântica das linguagens naturais: sujeito-universais ou sujeito-atributos. O problema fundamental pode agora ser formulado da seguinte maneira: uma substância é um X ao qual podem ser atribuídas propriedades e relações, porém a constituição ontológica da entidade X

¹⁴ Essa é a tese da expressabilidade do ser, porém não será necessário expô-la nessa breve apresentação. Para isso, cf. ES, p. 473-549.

simplesmente não é inteligível. A forma simples e mais conhecida dessa predicação é “Fa”, ou seja, atribui-se *F* à entidade *a*, mas é justamente a pressuposição da entidade *a* que carece de inteligibilidade. A ininteligibilidade reside na falta de clareza da noção de substância quando retira-se todas as suas propriedades e relações: o que seria exatamente essa entidade nessas condições?¹⁵

No lugar da semântica composicional, a filosofia sistemático-estrutural adota a semântica contextual, baseada no princípio forte do contexto. Essa semântica contextual está baseada em intuições de Frege (1884) e Quine (1960, 1985), e tem por objetivo eliminar os termos singulares das sentenças, retirando, assim, a concepção substancialista de um *X* que possui propriedades e relações. Nesse novo princípio semântico, as sentenças apresentam-se completas, assim como na sentença “chove”.

É necessário esclarecer um ponto muito importante nessa exposição. A reformulação da semântica composicional para a semântica contextual não implica numa reformulação da sintaxe das linguagens naturais/normais. A modificação ocorre apenas no nível semântico-ontológico. Isso significa que é possível continuar utilizando as linguagens naturais/normais desde que elas não sejam compreendidas (interpretadas) como uma composição de sujeito e predicado.

A modificação no nível semântico da linguagem gera conseqüentemente uma modificação no nível ontológico, isto é, surge disso uma nova categoria ontológica que é totalmente incompatível com a categoria da substância: a categoria (ou estrutura) de *fatos primos*. A qualificação “primo” caracteriza tanto os fatos como as sentenças e as proposições que não são compostas de sujeito e predicado. Portanto, uma proposição prima, ou um fato primo, são entidades que não são constituídas de sujeito e predicado, mas proposições e fatos que atendem à semântica contextual.

Cabe aqui um breve exemplo de como deve ser reinterpretada uma sentença simples no nível sintático. A sentença “Sócrates é um filósofo” é interpretada tradicionalmente como: há uma substância, Sócrates, que possui a propriedade de ser um filósofo. Na semântica composicional, essa sentença é interpretada dessa forma. Na semântica contextual, a sentença seria reformulada para: “está socratizando filosoficamente”. Pode parecer estranho essa construção sintática, mas ela aponta para a principal questão em debate: a superação da semântica, e conseqüentemente, da ontologia, substancialista. Percebe-se claramente que nessa nova sentença não há algo que possa ser identificado como uma substância ou um sujeito, ou seja, ela não pode ser dividida em uma substância que recebe ou comporta uma propriedade. Ela é uma sentença completa tal como a sentença “chove”. Mas como foi dito, essa modificação se localiza apenas no nível

15 Há inúmeras tentativas de superação da categoria de substância, como a teoria dos tropos. Porém, todas sofrem do mesmo problema. Para uma crítica mais detalhada sobre a categoria da substância, cf. ES, p. 256-58.

semântico-ontológico, e não no nível sintático. Logo não é o caso de se criar uma nova linguagem para a filosofia, mas apenas de se *reinterpretar* as formulações sintáticas compostas de sujeito e predicado¹⁶.

4. A teoria da verdade ontológico-semântica

A teoria definicional da verdade da filosofia sistemático-estrutural é extremamente importante para a noção de quadro teórico, pode-se dizer que é a sua coroação. Uma sentença verdadeira é a ocorrência da determinação completa da linguagem, isto é, quando ocorre a passagem de um *status* indeterminado da linguagem para um *status* completamente determinado em todos os seus planos, a saber, o plano *contextual-cotidiano*, *pragmático-linguístico* e *semântico*. Não será explicitado os dois primeiros planos, apenas será dito que o plano semântico detém a primazia, justamente por ser o momento em que a linguagem determina-se a si própria. Não há nenhum fator externo à própria linguagem que a determine no plano semântico, e isso é exemplificado na famosa formulação de Tarski: "uma sentença verdadeira é aquela que diz que as coisas se comportam assim e assim e as coisas se comportam justamente assim e assim" (Tarski, 1933). A partícula "diz que" da definição de verdade de Tarski aponta especialmente para o plano da autodeterminação da linguagem¹⁷.

Assim, tendo como base a teoria da verdade de Tarski, Puntel lança mão de uma teoria da verdade que é uma função composta de outras três funções¹⁸, que representa a inter-relação tri-estrutural sintático-semântico-ontológico. É de extrema importância apontar para a terceira função da teoria da verdade que é a tese da identidade entre semântica e ontologia, ou, dito em outras palavras, semântica e ontologia são dois lados de uma e mesma moeda¹⁹. O que significa que quando uma proposição é verdadeira, ela é idêntica a um fato no mundo. Nesse sentido, essa teoria da verdade se diferencia da teoria da correspondência que tradicionalmente considera a relação de dois *relata não idênticos*²⁰. Para a filosofia sistemático-estrutural, não há cisão ou separação entre os âmbitos linguagem e mundo, mas plena identidade. Essa tese é muito rigorosa, e até controversa em algumas questões, mas não será possível desenvolvê-la de modo abrangente²¹.

Agora, de modo mais claro, pode-se compreender uma sentença verdadeira como a interconexão de todas as estruturas constituintes de um

16 Para mais detalhes da crítica à semântica composicional e da formulação da estrutura semântica contextual, cf. ES, p. 243-275.

17 Para mais detalhes dos três planos da linguagem e a fundamentalidade do plano semântico, cf. ES, p. 196-203.

18 O conceito completo de verdade é "(CVC) $T = T^x \circ T^+ \circ T^{**}$ ", ES, p. 312.

19 Para uma explicação detalhada sobre a identidade entre proposição prima verdadeira e fato primo, cf. ES, p. 307-314.

20 ES, p. 311.

21 Para uma exposição completa do conceito de verdade, cf. ES, p. 295-325.

determinado quadro teórico. Essa tese conduz a uma relatividade da verdade. Não uma relatividade ingênua, mas uma relatividade *moderada* da verdade, ou seja, a verdade é sempre relativa ao seu quadro teórico. Como dito acima, isso evita que se pense em uma verdade absoluta e final sobre a realidade, já que para isso seria necessário avaliar todos os quadros teóricos que existem e todos que ainda existirão, uma tarefa simplesmente impossível. E também evita-se uma relatividade ingênua da verdade, em que toda qualificação de verdade é completamente reduzida à esfera da subjetividade.

5. A dimensão da moralidade na filosofia sistemático-estrutural

Tudo o que foi dito até agora, teve como objetivo explicitar a *moldura* dentro da qual será constituída a dimensão da moralidade, que será o foco específico deste trabalho. Todas as teses que foram expostas até então, (i) quadro teórico, (ii) semântica contextual e (iii) teoria da verdade, servirão de base para se refletir sobre a moralidade de modo mais coerente a partir da filosofia sistemático-estrutural. Como a filosofia sistemático-estrutural é uma filosofia coerentista, que propõe um sistema de proposições reticuladas, dificilmente o *status* da ética poderia ser abordado de forma correta sem explicitar todas essas teses anteriores. Por isso, foi necessário expô-las para constituir o aspecto abstrato do quadro teórico que será a moldura para se pensar o conteúdo propriamente dito, ou, mais claramente para nossa área de pesquisa, o *status* específico das sentenças éticas e dos valores morais.

A filosofia prática é a área da filosofia que irá se deter sobre a dimensão da moralidade, sobre o agir moral e os valores morais. Kant é lembrado com frequência por sua breve formulação: “o que devemos fazer?”. A resposta para essa questão leva-nos a formulações de enunciados que contenham termos deônticos, como ordens, proibições e permissões, que podem ou não estarem fundamentados em juízos avaliativos, como bom, mal, etc. No entanto, a partir de 1903 com publicação do *Principia Ethica*, de G. E. Moore (1903), surge uma nova área da filosofia “prática”: a metaética²². Na realidade, a metaética sempre esteve presente na grande tradição filosófica, porém ela ganhou uma identidade própria a partir da publicação de Moore, especialmente por seu argumento da *questão em aberto* e de sua crítica ao *naturalismo*²³.

A metaética é o campo da ética que irá se deter sobre a análise dos termos morais (como bom, mal, certo, injusto, proibido, permitido, etc), especificamente sobre a natureza, fundamentação e sentido de tais termos. Pode-se dizer que é uma reflexão prévia que todos os agentes realizam antes de enunciarem qualquer sentença ética. Assim, a metaética se

22 FISHER, 2011, p. 2.

23 HURKA, 2010.

ocupará sobre as seguintes questões: 1) As sentenças éticas podem ser verdadeiras ou falsas? 2) Elas são puras manifestações emotivas ou possuem algum conteúdo cognitivo? 3) Se uma sentença ética for verdadeira, que tipo de fato (ou estado de coisa) ela expressa? 4) Esse fato valorativo é independente do sujeito? Ainda há várias outras questões em metaética, e elas não são independentes entre si. A primeira pergunta, por exemplo, está intimamente conectada com a terceira, ou seja, uma postura cognitivista das sentenças éticas está relacionada, direta ou indiretamente, com uma ontologia de valores morais.

Os que respondem afirmativamente à primeira pergunta, comprometem-se com a teoria *cognitivista*. Essa teoria afirma que os juízos morais expressam uma *crença*, e essa crença possui um valor de verdade, isto é, pode ser verdadeira ou falsa. Enquanto que o *não cognitivista* afirma que as sentenças éticas são puras manifestações emotivas, expressando desejos, reprovações, sentimentos, etc. Assim, quando alguém profere a sentença “é errado/injusto prejudicar alguém”, está expressando um mero desejo ou emoção que não possui valor de verdade. E é justamente nessa fronteira que se localiza o ponto principal deste trabalho: a filosofia sistemático-estrutural propõe uma teoria cognitivista, e, indo além disso, explicita a constituição ontológica dos valores morais, isto é, explicita um *realismo moral*.

Para que esse ponto fique ainda mais claro, cabe o seguinte esclarecimento. Para que faça sentido falar de “verdade” é necessário lançar mão de um componente irrenunciável, e que todas as teorias da verdade, de um modo ou de outro, assumem como fundamental: a referência ontológica das sentenças ou proposições que pretendem obter ou alcançar o *status* de “verdade(iro)”. Não faz sentido qualificar uma sentença como verdadeira se em nenhum momento é abordada a questão da referência à realidade. Mas esse esclarecimento bastante intuitivo que subjaz a todas as teorias da verdade é pouco esclarecedor, ou de modo ainda mais objetivo, nada diz acerca de um problema fundamental: como é constituída essa realidade, ou, quais categorias ontológicas estão sendo pressupostas? Se o que se entende por realidade não for esclarecido, pouco, ou quase nada, adianta afirmar que uma proposição é verdadeira quando há correspondência com a realidade. Como esse aspecto toca na questão principal que nos interessa neste trabalho? Exatamente no realismo moral proposto pela filosofia sistemático estrutural através da semântica contextual.

Em resumo: a noção de quadro teórico circunscreve o âmbito em que todo discurso ocorre, e quais são as estruturas mais fundamentais que toda sentença teórica pressupõe. Através dessa explicitação das estruturas mais gerais e fundamentais, chega-se às estruturas semânticas e ontológicas, porém, elas são entendidas tradicionalmente pela categoria da substância, que, através de uma análise minuciosa, revela-se insuficiente. Por isso, torna-se necessário uma modificação em nível semântico, isto é, a mudança da semântica composicional para a semântica contextual. Essa

modificação traz muitos ganhos para a compreensão da realidade, já que supera a falta de inteligibilidade da categoria da substância. Através desses avanços promovidos, será possível explicitar com mais clareza a constituição ontológica dos valores morais e a determinação de verdade nas sentenças éticas²⁴.

6. O caráter teórico das sentenças éticas

Diferencia-se tradicionalmente entre filosofia teórica e filosofia prática, assim sentenças práticas são próprias da filosofia prática e sentenças teóricas próprias da filosofia teórica. Essa diferença remonta a Aristóteles. A questão que se coloca é: a ética não é uma disciplina teórica? Esse caráter confuso da ética deve-se a dois fatores principais. O primeiro é que ela é determinada, assim como todas as demais ciências, por objeto específico, que no seu caso é o agir moral. O segundo fator é sua determinação por uma finalidade: a intenção prática. Em Aristóteles, a finalidade de uma ciência é embutida no próprio estatuto da ciência; se a finalidade for um saber em função do puro saber, então é uma ciência teórica, se for um saber em função do aperfeiçoamento do sujeito (o que quer que seja isso), então é uma ciência prática (não teórica). Porém parece ser estranho que a estipulação de um fim possa definir o estatuto teórico de uma determinada ciência, visto que para uma ciência qualquer pode-se estipular vários fins, inclusive o saber pelo próprio saber. Uma ciência, por exemplo, que estipula como fim o domínio técnico do mundo não deixaria de ser teórica. O que se assume de modo geral na filosofia aqui exposta é que a ética é um empreendimento teórico justamente porque ela propõe teorias *sobre* o agir ético.

Nosso modo de estar-no-mundo parece envolver três tipos de atitudes básicas, e que podemos didaticamente separar entre atitudes teórica, prática e estética, como mencionado na nota 6. A questão é que a filosofia é compreendida aqui como teoria, inclusive pode-se usar o slogan *Filosofia é teoria*, que, no caso deste trabalho, é uma teoria sobre o âmbito prático. A tarefa da filosofia seria refletir teoricamente sobre o *status* ético da sentença prática/normativa, e não ela mesma propor sentenças práticas, ou seja, sentenças práticas deveriam ser o objeto da análise filosófica. Em

24 A sentença

{em geral ou em princípio é o caso - ou: é universalmente válido - que
(é errado/injusto que)
[um homem inocente seja morto]}

é compreendida da seguinte maneira pela ontologia substancialista: o "objeto" ou "acontecimento" ou a "ação" *matar um homem inocente* possui a propriedade ontológico-valorativa (de primeira ordem) do errado/injusto e a entidade assim determinada (matar um homem inocente *mais* propriedade do errado/injusto) possui a propriedade (de segunda ordem) do geral ou universalmente válido (ES, p. 396). Por razão da inadequação da ontologia de objetos, essa análise se mostra insuficiente. Essa sentença deve ser compreendida a partir da semântica contextual.

suma: a ética é uma teoria filosófica sobre o agir moral, e, portanto, não é um saber disjunto da ‘ ‘filosofia teórica’ ‘.

Uma sentença prática ou normativa pode ser de duas espécies, uma que envolve conceitos deônticos (ordem, permissão e proibição: “é proibido matar um homem inocente”) e outra que envolve conceitos avaliativos (sentenças de valor: “é errado/injusto matar um homem inocente”). Aqui não serão expostas todas as distinções que foram feitas na obra *Estrutura e ser*²⁵. Abreviadamente é necessário apenas expor que tais sentenças são fundamentalmente teóricas e, portanto, descritivas. Por isso elas possuem valor de verdade, ou seja, podem ser verdadeiras ou falsas.

7. Os valores ontológicos

O que se procura agora é esclarecer o status de verdade das sentenças éticas. Isso aponta diretamente para a ontologia, como dissemos, que revela-se como o parâmetro fundamental para as sentenças éticas. Há muitas tentativas de se reduzir essa questão à dimensão epistêmica, porém o problema apenas é deslocado desde que fique claro que a dimensão epistêmica também deve ser incluída numa ontologia adequada. Esse fenômeno, diga-se de passagem, é muito curioso. As muitas elaborações ontológicas desconsideram o fenômeno humano, e, portanto, o espírito humano. Uma ontologia adequada deveria dar conta de posicionar corretamente todas as entidades existentes, inclusive o âmbito mental. Porém, ve-se claramente no atual debate feito na filosofia analítica sobre o problema da consciência que esse fenômeno não parece se ajustar com facilidade na compreensão de realidade que é pressuposta de antemão entre os filósofos. Frequentemente procura-se escapar desse problema através da assim chamada *propriedades de sobreveniência*, ou *emergentismo de propriedades*. O objetivo dessa abordagem para o fenômeno humano é evitar tanto o *eliminativismo* como o *fisicalismo redutivo*, porém é questionável se esse objetivo é bem sucedido. Por mais que essa abordagem queira evitar as duas posições mencionadas, ela ainda mantém uma base ontológica fisicalista, o que impossibilita o fato de uma entidade com as mesmas propriedades físicas se diferencie em suas propriedades globais (mental, biológico, social, psicológico, etc). Sendo assim, não parece estar claro como que de uma ontologia fisicalista poderia surgir propriedades não físicas, sendo que em última instância essas propriedades não físicas são determinadas pelo âmbito físico.

Esse esclarecimento é importante para a exposição do realismo moral proposto pela filosofia sistemático-estrutural porque numa ontologia fisicalista (reduziva ou não) uma proposta ontológica de valores éticos e morais pode parecer como bizarrice, ou um povoamento de entidades desnecessárias no mundo. Mas como foi exposto, a questão que está em

25 Para isso, cf. ES, p. 386-92.

jogo é justamente o que se entende por *realidade*. Se se pressupõe uma ontologia fisicalista, um realismo moral, de fato, pode parecer muito estranho, porém quando se altera a base ontológica tudo muda de figura. Por isso a filosofia sistemático-estrutural possui uma orientação ontológica muito diferente. Com a ontologia de fatos primos compreende-se melhor a constituição e a espécie de entidades referidas pelas sentenças éticas.

O realismo moral proposto pelo *Estrutura e ser* faz uma diferenciação entre *valores ontológico-basais* e *valores ontológico-morais*, que corresponde com o estado de coisas expresso pelos dois tipos de sentenças éticas ditas no item anterior, a saber, sentença deôntico-teórica e sentença avaliativo-teórica. Mais uma vez não será possível expor todos os nexos internos dessas duas espécies de valores ontológicos, apenas esclarecer o estado de coisas a que se refere cada uma delas.

A realidade, o mundo, não é constituído de uma maneira indeterminada e desordenada de entidades, antes ela possui uma constituição interna bem fundamentada e coerente, posto que os entes possuem um lugar bem determinado, em que cada indivíduo ocupa seu âmbito específico. E cada elemento do todo dessa realidade também possui, por sua vez, uma constituição interna específica, de modo que sua própria estrutura interna é coextensiva (ontologicamente) com o todo da realidade, permitindo o desenvolvimento próprio de suas potencialidades intrínsecas²⁶. Essa ideia básica é o fundamento para a noção de valor no sentido de que fixa-se uma variável (que nada mais é que a determinação ontológica específica de um indivíduo) tornando-a intermediária do desenvolvimento de outros valores, no caso valores morais. Assim, o valor é o “espaço de movimento” onde o ser humano, por causa de sua constitutividade ontológica específica, realiza suas possibilidades. Não há diferenciação entre valor/parâmetro e constitutividade ontológica, como se o valor fosse uma propriedade emergente do ser humano. Antes o valor/parâmetro é a própria constitutividade ontológica completamente determinada, e quando essa constitutividade é levada às últimas consequências fica ontologicamente estabelecido que o ser humano é *fim em si mesmo*, isto é, quando ele é reduzido a um elemento que faz intermediação para outros pontos ou elementos no mundo ele sofre uma “degradação ontológica”. É a este estado de coisa que é referido por uma sentença avaliativo-teórica: o *fim-em-si* como valor ontológico-basal.

Os valores ontológico-morais são as normas e prescrições, sendo que a norma mais universal é: o bem deve ser feito e o mal deve ser evitado. Mas as prescrições ou normas morais expressas por sentenças normativas

26 A seguinte citação é muito elucidativa: Valor é fundamentalmente um parâmetro determinado ou estabelecido pela constitutividade ontológica de um ente para as possibilidades de realização desse ente. Quando em vez de “valor” se diz mais tradicionalmente “o bom”, fica imediatamente claro que essa ideia é articulada por meio do famoso dito clássico “Ens et bonum convertuntur”. O fato de um ente não “ocorrer” ou estar “aí” ou “existir” simplesmente pronto e acabado de uma vez para sempre significa que ele possui uma constitutividade ontológica caracterizada por um espaço de manobra de possibilidades de realização. Cada ente estabelece a partir de si mesmo tal parâmetro – em virtude de sua constitutividade ontológica. Este é o sentido fundamental da formulação “cada ente possui um valor”. (ES, p. 399)

devem ser entendidas ontologicamente? Como dito anteriormente, tudo dependerá da concepção de realidade pressuposta pela teoria filosófica. Em um esquema conceitual fisicalista/empirista, a ontologia desses valores pareceria à primeira vista como entidades bizarras, ou uma excentricidade filosófica. Porém a de se questionar se essa concepção empirista é a mais adequada para comportar o melhor teor explicativo da realidade. Não só os valores morais padecem desse problema em um quadro fisicalista, mas também a noção de estrutura lógica e matemática, classes, números, modalidades, etc. Um quadro teórico fisicalista/empirista parece não levar em conta o fenômeno humano (especialmente o problema da consciência) justamente por querer ajustar forçosamente, mesmo após críticas decisivas - Nagel (1974), Jackson (1982), Chalmers (1996), McGinn (1989) -, o ser humano numa concepção materialista.

Há um *status* ontológico duplo nos valores morais, de primeira e de segunda ordem. O status ontológico de primeira ordem concerne aos entes humano, que, como seres morais, se distinguem pela liberdade²⁷, enquanto que o status ontológico de segunda ordem designa tudo que é "produzido" por essa liberdade, desde um valor de uma ação até todo o fenômeno social. Sem o ser humano tais valores não existiriam, o que implica que a existência do ser humano altera a configuração estrutural da realidade. É a esse estado de coisa descrito que é a referência de uma sentença deôntico-teórica.

A questão que poderia ser levantada é sobre a relação entre os valores ontológico-basais e os valores ontológico-morais. Evidentemente os valores ontológico-basais servem de base para os valores ontológico-morais, porém estes não podem ser deduzidos daqueles, o que desembocaria numa falácia naturalista. No entanto, a relação entre esse dois valores, ou mais claramente, entre a constituição ontológica do ser humano e os valores morais, se dá através da *vontade*.

8. Conclusão

O que se pretendeu apresentar neste trabalho é as linhas gerais da filosofia sistemático-estrutural, e como a dimensão ética pode ser compreendida a partir das teses fundamentais da obra, como a noção de quadro teórico, semântica contextual e teoria da verdade semântico-ontológica. A partir da noção de quadro teórico, torna-se claro que todo o âmbito teórico da ética se dá no inteiror de um quadro teórico e, conseqüentemente, carrega todas as implicações ontológicas disso. A partir da semântica contextual, as sentenças éticas devem ser compreendidas não mais como objeto, evento ou substância que possuem propriedades de primeira e de segunda ordem, mas como uma sentença completa. E, por fim, uma teoria da verdade semântico-ontológica deve esclarecer como há

27 Cf. ES, p. 404.

uma superação entre os âmbitos da linguagem e do mundo através da tese da identidade entre semântica e ontologia. Esse último ponto, em específico, ficaria muito mais claro se houvesse uma exposição da *sistemática compreensiva* da filosofia sistemático-estrutural, que é o conteúdo correspondente à metafísica. Outro ponto de esclarecimento é que a tese da identidade na terceira função da teoria da verdade só pode ser plenamente apreciada com a utilização de recursos formais²⁸.

A filosofia exposta neste trabalho constitui um programa de pesquisa, segundo Alan White (2014), o que sugere que suas teses principais ainda necessitam de uma exposição ainda mais detalhada quando aplicadas aos diversos âmbitos do mundo. Não há, por exemplo, uma filosofia política e uma determinação ontológica da noção de justiça na obra *Estrutura e ser*, isto é, ainda há muito “terreno” para se conquistar para o pesquisador dessa filosofia.

Dadas as abstrações dos temas abordados, alguém poderia se perguntar pela relevância prática de um trabalho como este. Sobre isso podemos fornecer o seguinte esclarecimento (que é quase intuitivo em uma pesquisa de filosofia, especialmente em ética): não há cisão entre os âmbitos prático e teórico. Isso significa que quando uma pessoa age no mundo, ela pressupõe um esquema conceitual que “guia” ou “determina” sua ação. A grande questão, portanto, se localiza no esclarecimento desse esquema conceitual (poderíamos usar a ilustração de Simon Blackburn (1999): todas as pessoas observam o mundo *através* de óculos, e a tarefa da filosofia é tematizar justamente os óculos e a praticidade fornecida pelas suas lentes). Caso ele, o esquema conceitual, seja insuficiente e incoerente, ele conseqüentemente gerará uma ação inadequada ou indevida. O que se almeja com a explicitação de todas as teses propostas acima é justamente alcançar um esquema conceitual que seja coerente para guiar as ações de modo igualmente coerente. Assim, a proposta deste trabalho pode ser compreendida em termos gerais como a análise do esquema conceitual pressuposto pelos agentes racionais e livres através das teses da obra *Estrutura e Ser*, que em 2011 recebeu o *Findlay Book Prize*, concedido pela *Metaphysical Society of America*, como o melhor livro de filosofia publicado nos Estados Unidos nos últimos dez anos²⁹.

Bibliografia

BLACKBURN, Simon. *Think. A Compelling Introduction to Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

CARNAP, Rudolf. Empiricism, semantics, and ontology. In: *Revue Internationale de Philosophie*, vol. 4, p. 20-40, 1950.

²⁸ Para isso, cf. ES, p. 295-326.

²⁹ Acesso em 03 de novembro de 2017: <http://www.metaphysicalsociety.org/awards.htm>.

- CHALMERS, David. *The conscious mind*. New York, Oxford University Press, 1996.
- DE MORGAN, Augustus. *Formal logic: or, the calculus of inference, necessary and probable*. London, 1847.
- FISHER, Andrew. *Metaethics: an introduction*. Durham: Acumen, 2011.
- FREGE, Gottlob. *Os fundamentos da aritmética (1884)*. Tradução, introdução e notas de António Zilhão. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1992.
- HAACK, Susan. *Filosofia das lógicas*. São Paulo: UNESP, 2002.
- HERRERO, Xavier. O desafio que a filosofia sistemático-estrutural coloca à filosofia atual. *Kriterion*, Belo Horizonte, n. 125, p. 7-27, 2012.
- _____. Ser e Deus na filosofia sistemático-estrutural de Puntel. *Síntese*, Belo Horizonte, v. 39, n. 124, p. 205-236, 2012.
- HOOKER, Brad. (Ed.). *Truth in ethics*. Oxford: Blackwell, 1996.
- HURKA, T. Moore's Moral Philosophy. *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2010. Disponível em <http://plato.stanford.edu/entries/moore-moral/>.
- IMAGUIRE, Guido. Resenha do Estrutura e Ser. *Filosofia Unisinos*. São Leopoldo, v. 9 (3), p. 284-292, 2008.
- JACKSON, Frank. Epiphenomenal qualia. *Philosophical Quarterly*, v. 32, 127-136. 1982.
- KIRKHAM, Richard L. *Theories of Truth: a critical introduction*. Cambridge: The MIT Press, 1995.
- KUTSCHERA, Franz Von. *Fundamentos de Ética*. Madrid: Catedra, 1989.
- LOUX, Michael. *Metaphysics: a contemporary introduction*. New York: Routledge, 2006.
- LOWE, E. J. *The possibility of metaphysics. Substance, Identity and Time*. Oxford: Clarendon Press, 1998.
- _____. *A survey metaphysics*. Oxford: Clarendon Press, 2002.
- LYNCH, Michael. *Truth in ethics*. *The International Encyclopedia of Ethics*, Oxford: Blackwell, 2013.
- MACKIE, J. *Ethics. Inventing right and wrong*. London: Penguin, 1977.
- McGINN, Colin. *Ethics, evil and fiction*. New York: Clarendon Press. 1997.
- _____. Can we solve the mind-body problem? *Mind*, v. 98, p.349-66, 1989.
- MILLER, Alexander. *An introduction to contemporary metaethics*. Cambridge: Polity Press, 2003.
- MOORE, G. E. *Principia Ethica*. Cambridge: University Press, 1903.
- MORTARI, Cezar. *Introdução à lógica*. São Paulo: UNESP, 2001.

NAGEL, T. What is it to be like a bat? *Philosophical Review*, v.4, p.435-50, 1974.

PUNTEL, Lorenz. *Estrutura e Ser: um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática*. São Leopoldo: Unisinos, 2008.

_____. *Em busca do objeto e do estatuto teórico da filosofia*. São Leopoldo: Unisinos, 2010.

_____. *Ser e Deus: um enfoque sistemático em confronto com M. Heidegger, É. Lévinas e J.-L. Marion*. São Leopoldo: Unisinos, 2011.

_____. *Uma versão forte do princípio do contexto*. In: *Finitude e Transcendência. Festschrift em Homenagem a Ernildo J. Stein*. Petropolis: Vozes, 1996.

_____. *O conceito de categoria ontológica: um novo enfoque*. *Kriterion*, Belo Horizonte, n. 104, p. 7-32, 2001.

_____. *Sobre a complexa relação entre a filosofia e sua história*. In: *Nós e o Absoluto*. Festschrift em homenagem a Manfredo A. de Oliveira. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

_____. *É possível um diálogo produtivo entre filosofia tradicional ('continental-européia') e filosofia analítica?*. *Filosofia Unisinos*, São Leopoldo, v. 1, p. 19-56, 2003.

_____. *Uma quase-definição marcadamente objetiva e teórica de filosofia*. In: *O que é filosofia?*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

_____. *El concepto de verdade: esbozo de una teoría semántico-ontológica*. *Revista Portuguesa de Filosofia*, 65, p. 899-922, 2009.

_____. *Observações críticas sobre uma resenha de Guido Imaguire da obra: Estrutura e Ser. Um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática*. *Síntese*, Belo Horizonte, v. 40, n. 126, p. 43-72, 2013.

QUINE, Willard van Orman. *Word and Object*. Cambridge (MA): The MIT Press, 1960.

_____. *Events and Reification*. In E. LePore and B. P. McLaughlin (eds.), *Actions and Events. Perspectives in the Philosophy of Donald Davidson*, Oxford: Blackwell, pp. 162-171, 1985.

ROSENBERG, Alex. *Introdução à filosofia da ciência*. São Paulo: Loyola, 2013.

WHITE, Alan. *Toward a philosophical theory of everything: contributions to the structural-systematic philosophy*. Bloomsbury Academic, 2014.

WILLIAMS, Bernard. *Truth in ethics*. *Ratio*, v. 8, p. 227-236, 1995.

TARSKI, Alfred. 1933, "The concept of truth in the languages of the deductive sciences" (Polish), *Prace Towarzystwa Naukowego Warszawskiego, Wydział III Nauk Matematyczno-Fizycznych* 34, Warsaw;

reprinted in Zygmunt 1995, pp. 13–172; expanded English translation in Tarski 1983, pp. 152–278.